No fim da história, o recomeço

Osvaldo Alvarenga · 02.09.2026

SOCIEDADE · POLÍTICA

No verão de 1988, Osvaldo Alvarenga andava à boleia pela Europa. Hoje, conta-nos as memórias desses dias no lado Ocidental da Alemanha, o confronto com as ideias de Nietszche e Fukuyama e sobre uma vodka com o nome de Gorbatchov.

Não há motivo para pânico. É assim que as coisas sempre acontecem. A guerra é quando a história recomeça. A paz é quando as artes da memória prevalecem.
Régis Debray, Le Figaro, 9 de março de 2022

No verão de 1988, aos 24 anos, eu fazia um périplo pela Europa. Viajava de carona de um país a outro, vivia de pequenos trabalhos, da boa vontade das pessoas e dos últimos cem dólares do socorro que a mãe havia me mandado. Foi assim, de uma improvável amizade entre o lavador de para-brisas num semáforo em Roma e a dona de um Fiat, que fui parar em Estugarda. Não vou entrar em detalhes. Importa, nessa história, que na Alemanha, ainda dividida e na fronteira entre duas ideologias, do lado ocidental, havia euforia com Gorbatchov e seu programa de reestruturação do Estado iniciado dois anos antes: *perestroika*. Entre a moçada com quem convivi naquelas semanas, *Gorbi* era também metonímia para vodka. Qualquer vodka. Por causa do *marketing* de uma vodka local, *Wodka Gorbatschow*, mas sobretudo em homenagem ao homem que estava distensionando as relações com o Ocidente. Saber, ninguém sabia, mas de alguma forma intuímos: algo grande e bom estava para acontecer.

> No verão de 1988, no lado ocidental da Alemanha, havia euforia com Gorbatchov e seu programa de reestruturação do Estado iniciado dois anos antes: *perestroika*.

Intuiu também o filósofo e economista Francis Fukuyama. No verão de 1989, ele publicou o ensaio *O fim da história?*, na revista *The National Interest*, pouco antes da queda do Muro de Berlim. O texto causou controvérsia e, com a dissolução da União Soviética em 1991, foi ampliado e transformado em livro, publicado em 1992. Partindo da premissa de que o século XX foi o campo de batalha entre ideologias rivais – liberalismo, marxismo e fascismo –, sustentava que a democracia liberal se tornara o provável ponto final da evolução ideológica humana: o «fim da história». Ideia que hoje nos parece uma miragem e que, na época, gerou incompreensão e muita polêmica. Interessa-nos aqui a parte final do livro.

Logo nos primeiros parágrafos da Parte V, Fukuyama cita o filósofo Jean-François Revel **1** para observar que a maior fraqueza da democracia está na sua incapacidade de se defender de «tiranias determinadas e impiedosas», e que, mesmo vitoriosa, não há garantias de que, num futuro próximo, a democracia

liberal não tenha que enfrentar novas ameaças à sua existência: «o desemprego, a poluição, as drogas, o crime e outros» e, quem sabe, diz ele, outras fontes mais profundas de insatisfação no seu interior; se a vida aí não for realmente satisfatória.

E admitindo que o liberalismo prevaleceu, ecoa Hegel **2** através de Alexandre Kojève **3**, para propor o «fim da história»: o ponto em que a democracia liberal seria o regime político final. Altura em que já não haveria alternativa plausível superior a ela; para Fukuyama, um Estado em que, embora persistissem as desigualdades culturais e económicas – frequentemente ampliadas pelo capitalismo –, todos compartilhariam direitos e dignidade política iguais. A diversidade cultural, religiosa e étnica seguiria existindo e a convivência passaria a ser estruturada pela tolerância e respeito à pluralidade, em um regime multicultural. Um sistema capaz de satisfazer a razão e a luta por reconhecimento e que havia provado ser o mais eficaz na promoção da inovação tecnológica e na criação de riqueza. Porém, na sombra do triunfo, o nascimento do «último homem» inquietava o autor; inquietação que, até cinco ou dez anos atrás, foi subestimada.

Inspirado em Nietzsche **4**, o último homem é aquele que vive em paz e segurança. É nostálgico, porque vive sem grandes causas. Já não precisa lutar por liberdade nem por justiça. Segundo Fukuyama, quando a *thymos* – o impulso humano pelo reconhecimento, ímpeto por dignidade, prestígio e respeito – não encontra canal construtivo, ela se recalca ou se desvia. O tédio substitui o heroísmo. No vazio deixado pela ausência de propósito, esse homem busca reconhecimento no consumo, no entretenimento e nas pequenas glórias ordinárias. No fim da história, em vez de cidadãos, formam-se consumidores satisfeitos – e negligentes.

Nesse mundo pós-história, sem grandes contradições ou divergências, em que a tecnocracia institucional supera a política na condução do Estado, esse último homem, ausente da vida pública, carente de uma identidade social em que se reconheça, ávido por propósito e distinção, cria novos conflitos étnicos, nacionalistas, religiosos, identitários... É quando surgem os líderes autoritários que prometem restaurar o vigor, a ordem, a pátria e o sentido de pertencimento, ainda que à custa das liberdades. Vencido pelas emoções, rendido aos discursos agressivos e às soluções simplistas, sequestrado por teorias conspiratórias, atrofiado no pensamento autônomo e avesso ao divergente, esse homem menospreza o Estado de direito e, inconsequente, contribui para a sua erosão.

> Vencida a batalha ideológica do século XX, as democracias liberais, com as suas contradições e tolerâncias, produziram as condições para a sua própria crise. Nossas instituições políticas falharam com aqueles que se sentem deixados para trás e receiam o futuro.

Vencida a batalha ideológica do século XX, as democracias liberais, com as suas contradições e tolerâncias, produziram as condições para a sua própria crise. Nossas instituições políticas falharam com aqueles que se sentem deixados para trás e receiam o futuro. Esse último homem – que, afinal, somos

nós, ou quase todos nós –, reage a temores e necessidades que lhe são reais, mas a resposta política que encontra é insuficiente ou destrutiva. Trinta anos depois, parece, mais uma vez, sou testemunha de uma reviravolta global. Lembro-me da euforia que sentia nos anos oitenta e penso no desapontamento que sinto hoje: eu também temo o futuro, mas não cultuo o passado. Temo pelas instituições democráticas, pelo direito das minorias, pelo meio ambiente, pelas liberdades. Avançamos tanto no desenvolvimento humano e nos direitos civis, mas falhamos como sociedade.

Depois do fim da história, sem pânico nem nostalgia, tateio mais um recomeço.

Notas

1 – Jean-François Revel (1924–2006), filósofo, jornalista e membro da Academia Francesa. Em *Como acabam as democracias* (1984), argumenta que a democracia pode ser vítima de sua própria tolerância frente a inimigos implacáveis. À época, referia-se ao regime soviético e à intelectualidade de esquerda ocidental, que faziam vista grossa para os crimes da URSS. Revel sustentava que as democracias tendem a se enfraquecer pela autocrítica excessiva e pela ingenuidade diante de adversários que usam suas próprias liberdades – como a de imprensa e de associação – para subvertê-las e destruí-las por dentro.

2 – Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770–1831), filósofo nascido em Stuttgart, no então Ducado de Württemberg, foi um dos principais nomes do idealismo alemão. Para ele, a história é o processo pelo qual a humanidade avança rumo à realização da liberdade. Segundo Kojève, Hegel teria vislumbrado a concretização desse processo após a Batalha de Jena, em 1806, ao observar Napoleão Bonaparte. A vitória napoleônica simbolizava o triunfo universal dos ideais da Revolução Francesa e a consolidação do Estado racional moderno. É nesse sentido que propôs a ideia de «fim da história»: o momento em que razão e liberdade se realizam plenamente na ordem política. Ao futuro restaria apenas a disseminação e consolidação desses princípios.

3 – Alexandre Kojève (1902–1968), filósofo russo naturalizado francês, foi um dos principais intérpretes de Hegel no século XX. Seus seminários sobre a *Fenomenologia do Espírito*, realizados em Paris na década de 1930, foram determinantes para a formação da intelectualidade francesa do pós-guerra. Kojève defendeu a ideia de que a História, entendida como busca por um sistema político racional fundado na liberdade e na igualdade, havia se encerrado conceitualmente com a Revolução Francesa.

4 – «O homem é uma corda esticada entre o animal e o Além-do-homem – uma corda sobre um abismo», falou Zaratustra diante do povo. Friedrich Nietzsche (1844-1900), em *Assim Falou Zaratustra* (1883), concebe os conceitos de der *letzte Mensch*, ou «último homem»: aquele que deseja apenas segurança, conforto e uma vida longa, estável e sem sofrimento; e seu contraste, o *Übermensch*, traduzido como *Super-homem* ou *Além-do-homem*. A interpretação deste último é menos consensual. Para a professora Scarlett Marton, a maior autoridade em Nietzsche no Brasil, o filósofo não fala de um homem superior,

verticalmente acima dos outros, mas de uma transição *horizontal*: a superação da condição de «último homem», marcada pela autenticidade, pela disposição ao risco, pela intensidade e pela criação.